

# Para Entender a Crise Real

*Aloísio Ruscheinsky\**

---

## **Resumo**

O presente estudo pretende enfatizar as circunstâncias a propósito da crise social e sobretudo real de maneira dramática. A temática em consideração permite que se estabeleçam conexões múltiplas com a realidade educacional recente, especialmente via legislação pertinente. As controvérsias são inumeráveis quanto à avaliação conjuntural, revelando distinta capacidade de entendimento, argumentação discursiva sobre sintomas da crise real que afetam diversos setores sociais e institucionais. Uma crise, sem dúvida, sintomática é a da participação e do sistema educacional.

**Palavras-chave:** educação, crise real, discurso, participação

## **Abstract**

The present study aims to emphasize grammatically the circumstances as the recent form the social and real crisis. The theme allows multiple connections with the recent educational reality the legislation related to. There are many controversies that refer to the social panoramic assessment, which reveal different capacities to understand, oral arguments about symptoms of the real crisis that affect a variety of social segments and institutions. There is no doubt that the crisis affects the educational system and political participation.

**Key-words:** education, real crisis, participation, discourse.

---

\* Doutor em sociologia pela USP, professor do Mestrado Educação Ambiental e chefe do DECC na Fundação Universidade do Rio Grande. Endereço: Caixa postal 474, Decc, Campus Carreiros, 96201-900 Rio Grande/RS. E-mail deccar@super.furg.br

## Introdução

Seguem-se abaixo idéias e comentários suscitadas em torno do debate sobre as circunstâncias acerca de uma anunciada, embaraçada e comentada crise social, considerando de modo peculiar a representação social construída junto a agentes sociais a propósito de mudanças almejadas para a sociedade brasileira. A temática em consideração permite que se estabeleçam conexões múltiplas com a realidade educacional, especialmente através das recentes modificações na legislação pertinente, bem como através da proposta de municipalização de parcela do sistema de ensino e pelo fato de haver sido proclamado 1996 o "ano da educação". As controvérsias são inumeráveis quanto a avaliação conjuntural, revelando distintas graduações de entendimento de sintomas da crise real que afeta diversos setores sociais e institucionais. Uma crise, sem dúvida, sintomática, é a da participação nos destinos da sociedade brasileira, que em passado recente pode ter sido menos efetiva do que muitos intérpretes supunham.

A partir de algumas experiências heróicas divergentes no contexto do autoritarismo do regime militar e de um conjunto de acontecimentos políticos e culturais favoráveis à democracia ao longo do transcurso da década de 80/90, tornou-se moda vender com demasiada facilidade propostas participativas - planejamento participativo, educação comunitária, associativismo, movimentos populares, organizações solidárias, governos democráticos, reforma educacional, cidadania, entre outras - como o melhor encaminhamento das soluções para problemas sociais e estruturais. Tal postura fluía sem levar suficientemente a sério a rigidez do autoritarismo arraigado na cultura vigente na sociedade brasileira e o refluxo possível pleno das determinações operadas pelo jogo político, bem como a fragilidade dos canais políticos, onde a alternativa da participação pode ser encarada antes como uma forma alternativa de poder do que a eliminação do controle social e da dominação. Neste sentido, participação apresenta-se como uma dimensão fundante para horizontes alicerçados na utopia, sobretudo quando idealiza as relações de poder.

Todo discurso, qualquer que seja a sua tonalidade, possui sempre uma origem política conferindo com um lugar social e de poder. O processo através do qual a participação se torna, nos diversos campos da sociedade, uma meta prioritária, significa propriamente reduzir a imposição vertical e o grau de controle do Estado sobre a sociedade. A referida façanha os cidadãos conseguem, num primeiro momento, através do próprio processo de conquista do espaço e canais apropriados para efetuar a referida participação. Devemos entender que participar é conquistar espaço, é optar

por formas mais democráticas do poder, do controle social, da configuração social dos interesses diferenciados. Importa não só a quantidade de cidadão envolvidos nesse processo pedagógico de envolvimento, mas também a qualidade dos canais através dos quais se efetua o impulso educativo.

No contexto otimista das mudanças em curso, permanece a desigualdade social atentatória à democracia efetiva e no bojo da qual é possível visualizar o relacionamento com uma qualificada crise social. A democratização parcial do sistema político gerou expectativas, aspirações legítimas de melhorias nos padrões de vida e de possibilidades de participação, alicerçadas numa cultura política (Avritzer, 1996). Entretanto, através da tentativa de "invenção" da cidadania almejaram-se mudanças substantivas nas relações desiguais que a estrutura da sociedade não permitiu realizar. A abundância das expectativas superaram os condicionamentos históricos. Assim, não se confirmaram todos os benefícios concretos aguardados na vida dos cidadãos através do processo que por suposto caminharia inerente às lutas sociais.

Por mais que os discursos de legitimação anunciem realizações e qualificativos de empreendimentos públicos, constata-se um incremento pernicioso das desigualdades sociais ao lado do crescimento da economia. Portanto, neste campo se confirma um desvinculamento de abrangência significativa entre ética e economia. Em lugar da realização dos padrões esperados de bem estar social, agravaram-se os desequilíbrios, as desigualdades sociais, a concentração em vez de distribuição de renda, bem como um refluxo de direitos políticos e sociais (o que, em outros termos denominamos de crise real). Mais do que uma visão dualista, as duas perspectivas mencionadas acima mantiveram-se num vai-e-vem, em fluxos e refluxos onde, por fim, parece que a segunda alternativa levou vantagens se considerarmos mais de uma década da recente história brasileira.

O uso do termo "crise real" vem a propósito de um intuito provocativo, cuja configuração na essência mantém relacionamento mais do que aparente com o título sugestivo do livro de Frigotto (1996), bem como traça uma conexão proposital, explícita na formulação da linguagem, ao Plano Real e à crise do Socialismo Real. Por outro lado, é admissível considerar o seu emprego do termo, menos pelo fato de consolidar-se em consenso entre os autores e mais como metáfora, na medida em que seu emprego fundamenta-se no relacionamento de semelhança e de transferência entre um sentido próprio e o figurado. De fato, designa uma realidade social com incremento da desigualdade e, ao mesmo tempo, tende a sugerir que a euforia substanciada pelo discurso em torno da estabilidade proporcionada pelo Plano Real está menos seguro quanto aos seus efeitos positivos. Neste

sentido, é bem compreensível que divergências se manifestem quanto à natureza, ao grau e à abrangência do que denominamos no presente momento de crise real.

## **Dimensões da crise social**

Na análise das ciências sociais tende a ser usual a existência de diversos termos que necessitam da devida explicitação a cada momento do seu emprego discursivo, como constata-se no caso dos múltiplos enfoques do termo crise, por vezes deteriorado pelo uso. O termo crise possui diversos usos para referir-se aos mais diferentes marcos situacionais, inclusive com ênfase otimista ou pessimista. A este propósito seguem-se agora alguns tópicos nos quais visualizam-se diferentes dimensões em que a crise social se manifesta, bem como a tentativa das respectivas interpretações. Cabe notar, ainda, que as reflexões abaixo tornam-se inteligíveis na distância dos anos 80 e no panorama, horizontes, expectativas e perspectivas atinentes aos anos 90.

Todavia, quanto à gestão da crise social cabe interrogar quanto à responsabilidade de quem acumulou esta dívida social e, por outro, quem e se existe fórmula exequível para sanar esta chaga social, dirimindo contrastes. Há divergências políticas sobre a administração e a reforma urbana, sobre a possibilidade de participação popular no reordenamento do espaço, sobre a segregação da população urbana. Ao propor encaminhamentos corre-se o risco do "localismo", isto é, pensar, atuar e satisfazer-se nos limites do nível local, sem responder às imposições da macropolítica, quando as boas intenções não se sufocam no imobilismo.

1) Para alguns cientistas políticos não é possível melhorar a vida da população urbana porque o débito social (ou dívida social) elevou-se a tal monta com ressonância demasiada para a capacidade de financiamento consagrado na sociedade e no mais não há força política organizada para superar este entrave. Admitem que podem ser promovidas melhorias setoriais e reverter algumas tendências; no entanto, não existe estrutura urbana capaz para elaborar e pôr em prática serviços públicos satisfatórios para toda população. Para encaminhamentos no sentido de superar a dívida social, a quase universalização do acesso à educação escolar significou um percurso de dimensões com extrema relevância, por mais que a interrogativa a responder converge para um trinômio que compreende o acesso, a permanência e o sucesso do empreendimento.

2) A crise social deve ser compreendida pelos cientistas sociais como produto das condições históricas, do processo de desenvolvimento, da desigualdade social, da constituição da exclusão econômica e cultural.

Porém, permite visualizar esferas de atuação (sem deixar de considerar que a crise também perpassa estas esferas): institucional (escola, universidade, partidos, igrejas, sindicato); administração pública (poder local, educação, parlamento, saúde pública, aspectos do meio ambiente); movimentos populares (contestação, alternativas e cooperação com o poder público); partidos políticos. A pergunta que permanece no horizonte: como considerar devidamente os condicionamentos que pesam sobre qualquer alternativa, entretanto sem admitir a submissão absoluta às respectivas limitações impostas.

3) A crise se apresenta também sob o ponto de vista da representação política, como no caso do sindicalismo e dos partidos políticos. A manifestação do fenômeno ocorre de forma diferenciada nas instituições mencionadas, por mais que em ambos os campos vigore um estado de dúvidas e incertezas quanto ao acerto de modificações e ao futuro da sobrevivência. Ambos passam fases difíceis na evolução de sua história política de representação. No caso do quadro partidário a legitimidade, fragilizada periodicamente por lacunas no próprio funcionamento do sistema representativo, tem sido parcialmente recomposta através de um poderoso esquema de publicidade, que no final das contas está alicerçada na contribuição coletiva dos cidadãos. A situação sindical encontra-se num momento decisivo de uma crise histórica, na medida em que contextua-se em conjuntura com diversos aspectos de embaraço, tensão e conflito; por consequência vige a incerteza do exercício do papel da representação de interesses, uma vez que estratégias, outrora eficientes, perderam o significado fundamental.

4) A crise, no seu significado de relevância e visibilidade pública, instaura-se também junto à participação popular, às mobilizações coletivas, ao associativismo. Neste campo tende a resumir-se na dificuldade de visualização, de resolução dos interesses específicos em jogo de um lado, e, de outro, a conjugação das forças sociais, ou mesmo a sua oposição, em função do encaminhamento destes interesses. A crise advém no âmbito em destaque também das contradições apresentadas pela administração pública, pois a grande façanha é resolver como dividir o ônus do atendimento às reivindicações da população participante. A escassez de recursos serve como desculpa sem fundamento real e, da forma como costuma ser conduzido o processo, atua em sentido contrário ao elã e entusiasmo participacionista. Além da multiplicidade de interesses entra em campo a debilidade das formas de representação política. Geralmente se supervalorizam os equipamentos públicos existentes e a sua capacidade de prestação de serviços eficientes. No mais das vezes, no entanto, a cidade

está organizada e equipada para atender apenas a metade da população. Neste sentido, o implemento parcial das políticas públicas em vez de solução efetiva, coloca-se como fonte alimentadora da crise social que atinge com maior crueldade os setores de menor renda.

5) Uma interpretação dinâmica percebe que o nó da crise social, na maior parte da sua consolidação, foi produzido pelo "esperar o bolo crescer... para (não) distribuir", ou em linguajar atualizado "privatizar para tornar o Estado mais ágil nas questões sociais". Para afetar o miolo desta chaga solapando esperanças de parcela da sociedade brasileira parece premente - embora as recomendações neoliberais passem numa distância quilométrica - alterar o desequilíbrio, gerando uma distribuição de renda bem menos diferenciada. Isto inclusive, conforme projetos alternativos de desenvolvimento econômico, melhoraria as condições do mercado de consumo e a distribuição da produção, na medida em que instiga o aumento de mercadorias ofertadas e o contingente de cidadãos consumidores. A bem da verdade, maiores resultados sociais poderiam ser produzidos do que o combate da onda inflacionária decantada como conquista efetiva do plano real.

A democratização do Estado, reivindicada por diversos setores sociais, abrange algo diferente e, em parte, oposta à privatização ou à desestatização atinente aos princípios do programa neoliberal. Urge pensar em alternativas que possam superar a dicotomia e o reducionismo, particularmente através da desprivatização da esfera do Estado, ou seja, dar lugar a que na instituição reinem os interesses coletivos sobre os particulares. Em outras palavras, ao lado do programa de privatizar empreendimentos públicos verifica-se um processo de apropriação privada de recursos de reconhecido teor público. Até o presente momento nada de significativo vem ocorrendo que leve a crer que a minimização das atividades estatais qualifique a ação social pública, de modo peculiar o setor da educação.

6) A ausência de participação efetiva nos destinos da vida social encontra-se na base da delineada crise social, apesar das eleições periódicas. Isto se verifica num contexto em que se formou um amplo e heterogêneo bloco político hegemônico implementando um programa de reformas. O tipo de mudanças que tem sido operado recentemente na legislação definidora do setor educacional põe-se como amostra da desconsideração do processo participativo. Neste âmbito, setores sociais envolvidos com a temática a longo prazo através de um processo coletivo de construção ficaram alijados, embora tenham apresentado propostas concretas e ensaiado posições entendidas como modernizadoras e progressistas.

Segundo alternativas políticas diversas daquelas vigentes no exercício do poder – permanecendo na contingência de conquistar espaço na sociedade, endossada especialmente por setores intelectuais e com discurso consistente de análise infere-se como possível melhorar a qualidade de vida da grande maioria da população, o padrão da vida urbana, bem como qualificar o sistema educacional público com investimentos aliados à vontade política. Só que para isto há que se travar batalhas políticas e ideológicas, que vão além da elaboração da legislação sobre direitos. Só para exemplificar: a greve é um direito de cidadania mas o judiciário pode decretar a sua ilegalidade; há "lobies" atuantes nos diversos setores das atividades, inclusive para abocanhar parcela dos serviços públicos.

7) Os votos nulos e brancos, assim como as abstenções são sintomas da crise social alicerçada na descrença em canais institucionais de expressão das demandas, da crise ante os resultados parciais da participação, mas sobretudo da representação política através do quadro partidário existente. Na ciência política diversas interpretações emergiram a propósito do significado dos votos brancos-nulos e abstenções. É preciso avaliar o alcance e os limites deste comportamento político até certo ponto imprevisível. Por que os partidos mais à esquerda no Brasil não captaram em cada momento os votos deste protesto/insatisfação? De um lado, enquanto não se consolidar outra força social por trás do protesto da anulação do direito à participação eleitoral, fica aquém de significar ameaça à democracia e à representação partidária. Por outro lado, há decepções frente aos mitos políticos engendrados pelo protótipo de "salvador da pátria". Além deste fenômeno, encontramos-nos numa situação onde o poder Legislativo e o Judiciário exibem sinais mais ou menos evidentes mostrando-se incompetentes para conduzir o processo político, com autonomia e eficiência. Junte-se a isto que entre os setores populares vem ocorrendo ao mesmo tempo a diminuição da qualidade na participação em diversas esferas (como nos movimentos estudantil, sindical, popular).

8) A crise social parece se aprofundar com a paralisia da capacidade de financiamento do sistema educacional, aliada ao debilitamento do parque produtivo com amplo emprego da volumosa mão-de-obra disponível ou com poucas inovações tecnológicas. Oportuniza-se um elevado índice de desemprego ou trabalho informal, subemprego, bem como vigia uma política de contenção dos ajustes salariais nos moldes do ínfimo patamar inflacionário. Se a produção é decisão econômica, a sua distribuição é decisão política, dependente do jogo de forças. Neste sentido, na circunstância brasileira atual, conforma-se a ausência de uma política

adequada de distribuição de recursos, onde entre os setores afetados encontra-se a educação pública.

A despeito de um sintoma de refluxo do ímpeto participacionista, contextualizado a partir da crise social, cabe interrogar-se quanto a efervescência de conselhos representativos diversos que se tem inaugurado recentemente. Os mesmos obtiveram um largo incentivo ao longo do processo de elaboração da Constituição Magna promulgada em 1988 e através dos subsequentes encaminhamentos. Todavia, enfrentam as dificuldades concretas de sua implementação: representatividade, temática pouco delimitada, atribuição de competência, interesses diferenciados em nível local e gerência do processo participativo.

### **Desigualdades e educação: o impacto das políticas públicas**

Entre os maiores desafios da atualidade brasileira encontramos a perversa relação entre os efeitos da desigualdade social e o impacto do sistema educacional. As ciências sociais tornaram conhecidas as formas e os processos pelos quais se manifestam as desigualdades e diferenças brutais. Para as presentes considerações tomamos como parâmetro a definição de política social como sendo um conjunto de ações que permitam incrementar a igualdade de oportunidade entre os cidadãos. As avaliações sobre as alterações sócio-econômicas ocorridas no contexto da crise diversificada parecem convergir em torno de alguns pontos.

a) O reconhecimento da acentuação das desigualdades sociais, diante da qual nem estabilidade inflacionária do plano real deu termo satisfatório. Ao mesmo tempo em que em anos passados aumentou a instabilidade econômica, acelerou-se o processo inflacionário e ampliou-se a crise do setor público. Os indicadores usuais mostram uma sensível deterioração na distribuição de renda do país, aumento das taxas de desemprego e redução da capacidade aquisitiva dos salários, ou congelamento salarial. Na reestruturação administrativa ou reformas estruturais do Estado alguns programas federais, concebidos para atender populações carentes, são eliminados ou dispersos, representando o abandono de possíveis pretensões de planejamento compreensivo e de compensação da população de baixa renda.

b) O reconhecimento de que as políticas sociais, especialmente destinadas a tornar compatível os princípios da justiça social e o da eficiência de desenvolvimento social, envolvem sempre escolhas trágicas na medida em que operam também pela exclusão de alternativas. Frente ao desconhecimento relativo de como opera a causalidade, assim como do volume e da escala de problemas sociais defrontados, na prática os

executores de políticas públicas enfrentam um ambiente marcado por dilemas, incertezas e baixa capacidade de antecipar adequadamente os efeitos de um curso de ação. As incertezas seriam decorrentes de tensões envolvidas nas escolhas exigidas para a definição e implemento de políticas sociais: os dilemas entre os princípios de equidade (justiça) e de eficiência (administração da escassez). Toda opção desvenda-se numa escolha trágica no sentido de que as alternativas mais benéficas apresentam-se incompetentes para repor todos os efeitos adversos aos pretendidos. As políticas sociais assumem na prática características que lhe imputam determinados constrangimentos. A pluralidade social é de tal grandeza que um princípio único revela-se inconsistente para ordenar todas as áreas entendidas como problemáticas. Um exemplo recente desta tensão pode ser observado através das tentativas de descentralização de serviços públicos. A municipalização da saúde e do sistema escolar sinalizam para o fato de que descentralização não significa imediata e automática melhoria do desempenho dos benefícios oferecidos. A segunda ordem de constrangimentos envolve o componente da matriz social do problema, pois as mais diversas questões sociais consolidam o resultado direto ou indireto de políticas adotadas em outras áreas e que, por conseguinte, não podem ser solucionados nem pela seleção de uma política social, nem pelo volume de recursos empregados.

c) O reconhecimento das orientações contraditórias quando se analisa os indicadores sociais e as transformações político-institucionais. Apesar de se manter o caráter altamente excludente e desigual das políticas sociais (educação, saúde e saneamento) e da piora nos padrões de distribuição da renda da população, os indicadores sociais não pioraram, embora o quadro social brasileiro seja sombrio. A década de 90 iniciou-se com a administração em que se promove a desorganização quase completa do que ainda funciona no setor público. As medidas macroeconômicas adotadas logo em seguida no programa de estabilização econômica (Plano Real) têm-se mostrado eficazes no controle do processo inflacionário, mas também produzem efeitos problemáticos indicados pelo aumento das taxas de desemprego, pelo crescimento da dívida pública e pela recessão.

Dentro desse quadro de desenvolvimento profundamente desigual, a educação ganha destaque na medida em que tradicionalmente foi encarada por agentes sociais ou analistas como base fundamental de redução de diferenças sócio-econômicas. As estatísticas disponíveis permitem afirmar que em décadas passadas ocorreu uma relativa democratização das oportunidades educacionais. No entanto, o sistema educacional, apesar dos avanços expressivos e da tendência à sua expansão, continuou sendo

seletivo e excludente. A eficiência desse sistema educacional foi colocada em questão, aparecendo como problema dos mais relevantes na pauta de políticas públicas. Terreno fértil para o surgimento de propostas dos mais diversos tipos, a área educacional tem se tornado nos últimos anos o espaço de poder de intensas disputas que podem incluir tanto aspectos substantivos quanto as dimensões organizacionais ou administrativas.

O centralismo que caracteriza as reformas constitucionais vem acompanhado por procedimentos e práticas político-institucionais onde não se "presta conta real" aos cidadãos de como se gerenciam de modo diferenciado os negócios públicos, onde clientelismo se mescla com corrupção e com mudanças nas "regras do jogo" de acordo com conveniências da política de interesses. Apesar de ter regras formais que permitem liberdade de organização e participação de diferentes grupos de interesse, sua tradução em práticas concretas, excetuando-se a participação eleitoral, reduz-se a setores ínfimos. Os resultados são desconfianças, insegurança, descrédito e cinismo; diante dos quais a legitimidade alicerça-se num poderoso esquema de publicidade. A arte de exercer uma ação psicológica sobre o público com fins políticos continua desencadeando os espíritos maquiavélicos contemporâneos, apresentando-se um conjunto de medidas e ações que provêm estrategicamente a sustentação de um serviço no mercado consumidor, garantindo a legitimidade mínima e o êxito diferenciado da iniciativa governamental.

Os diagnósticos da literatura sobre educação apontam para três conjuntos de fatores principais que restringiriam ou ampliariam os impactos em termos de aumento da oferta de oportunidades educacionais. O primeiro deles tem a ver com as características do setor profissional que atua na área educacional, uma vez que de um lado encontra-se num contexto político e detém uma leitura do significado de sua ação pedagógica; de outro, onde, por sua vez, as condições salariais e materiais exercem um papel relevante. O segundo decorre das características das unidades escolares, em que se destacam alguns pontos: qualificação e competência técnica dos educadores, a disponibilidade de infra-estrutura física e de material didático para execução adequada das atividades, de currículos concebidos e adaptados a diferentes contextos sócio-culturais, bem como a participação dos envolvidos no processo de construção. O terceiro termo decorre de quem recebe a escolarização no sentido dos condicionamentos e aptidões para acompanhar o processo, bem como dos pré-requisitos para se estabelecer padrões frutíferos de interação entre família e escola, entre cultura letrada e outras manifestações multifacetadas.

O pleito básico que permeia os três conjuntos de fatores e suas características alicerça-se no condicionante da presença da desigualdade social. A questão fundamental do impacto de ações das políticas sociais está condicionado pela forma como elas são planejadas e distribuídas entre diferentes estratos sociais, de quem se habilita aos seus benefícios e sob que condições ou de como uma oportunidade virtual passa de fato a ser apropriada pelos usuários em posições desiguais. Na maioria das vezes as análises dos impactos de políticas sociais referem-se à escassez de recursos como condicionante das ações públicas, mas admitem também que o objetivo da intervenção da esfera pública consiste precisamente em alterar positivamente a estrutura de recursos. Ora, encontramos-nos num campo virtualmente dramático no que concerne à política social e, especialmente, à política educacional. A educação fundamental incorporou, progressivamente, valores tais como sua natureza pública associada à necessidade de a todos oferecer igualdade de oportunidade, de início, e uma educação de boa qualidade. No relatório sobre pobreza do Banco Mundial, encontram-se indicações de que os gastos públicos sociais no Brasil não são progressivos, mesmo quando se examina só os dispêndios em educação fundamental.

A perspectiva desenhada para as políticas sociais depende da definição adotada para avaliar o seu desempenho e, no caso específico, intervém na interpretação os números e os obstáculos reiteradamente expressos em estatísticas educacionais. Neste sentido ultrapassa-se o padrão de saber o quanto foi gasto e o impacto quantitativo na ampliação do contingente atendido num período, aferindo se os recursos empregados tornaram-se eficientes e possibilitaram o acesso para segmentos mais amplos da população e, ao mesmo tempo, reduzir a retenção de alunos ao longo do processo de escolarização. A qualidade do sistema educacional depende da capacidade de absorver a demanda e do transcurso eficiente ao longo dos anos: obter acesso, permanecer e progredir.

Os diagnósticos sobre a situação educacional mostram que parte substancial das deficiências das ações governamentais reside atualmente menos na quantidade de vagas disponibilizadas e mais na sua distribuição espacial e social, bem como na capacidade de aproveitamento da chance ofertada. Os setores populacionais empobrecidos são penalizados duplamente: pelo fato de não contarem com recursos materiais e simbólicos para enfrentarem o processo de escolarização e pelo fato de receberem do poder público uma educação que não lhes permite, de imediato, compensar as desvantagens sócio-econômicas. O despreparo do corpo docente para lidar com diferenças sociais e limitações culturais, a normatização a que o

sistema educacional e as funções docentes estão submetidas, o tipo e padronização do material didático utilizado, seriam alguns dos fatores que provocariam a relativa incompetência institucional para responder de forma apropriada ao desafio de incorporar as diferenças de códigos culturais e do manejo das habilidades cognitivas básicas.

Quando se pretende relacionar as políticas educacionais que visam a reduzir a pobreza e a desigualdade social as comparações internacionais indicam uma forte correlação negativa entre índices de matrícula no ensino primário e desigualdade de rendimentos para o caso brasileiro, considerando posicionamentos entre países com renda semelhante. Se de um lado, as políticas implementadas permitiram, no país, uma melhoria nos diversos níveis e percentuais de escolarização, de outro também ocorreu o crescimento absoluto do analfabetismo e do semi-analfabetismo e mais paradoxalmente com crescimento nas regiões metropolitanas. A influência dos condicionantes sócio-econômicos não decorre da presença ou ausência da rede escolar. Todavia, qualidade e quantidade não se distribuem igualmente: nas cidades de porte médio e afluentes têm-se mais e melhores escolas; nas periferias das áreas metropolitanas encontram-se escolas, mas de qualidade duvidosa. Sendo assim, quando se examina a estabilidade e regularidade do percurso escolar, novamente fica patente o impacto das desigualdades sociais, que corrobora a crise real.

### **As realizações sob a crise na educação**

A presença de obstáculos a determinadas ênfases educacionais não se apresenta como um impeditivo para inovar o curso dos procedimentos cotidianos. Vamos, neste instante, tecer considerações a propósito de aludidas perspectivas recentes no setor educacional. As avaliações efetuadas a respeito das estratégias propostas e difundidas no "ano da educação" enumeram um conjunto de realizações ou de mudanças parciais em busca de qualidade, no suposto de suplantar patamares de crise social. Ainda constata-se 2,7 milhões de crianças em idade escolar fora do acesso, segundo o IBGE, ou seja 10% do total nesta faixa etária. Garantir o atendimento universal, ou seja, o acesso a vagas para todos constitui-se uma promessa antiga e nenhuma emenda constitucional proposta recentemente parece melhorar a chance de atingir a meta. A capacidade física instalada através dos prédios provavelmente não consiste no principal entrave para tornar universal e eficaz o sistema de ensino. Resta aí um campo onde a democratização do ensino público permanece uma meta remota, ao lado da participação da comunidade na definição do conteúdo e na direção dos estabelecimentos de ensino.

A perspectiva visualizada pelas recentes medidas governamentais para a qualificação do sistema educacional brasileiro parecem carecer do aval de grande parte dos trabalhadores da área. Por outro lado, qualquer proposta a ser implementada, por mais que proceda de um processo participativo necessita atrair, provocar, fascinar e seduzir os agentes que sustentarão estrategicamente a iniciativa na prática política. Findo o ano de 1996, o mesmo pode ser considerado como o "ano da educação" se depender das mudanças na legislação e neste sentido será lembrado muitas vezes em debates subsequentes, inclusive independente da ótica ideológica do leitor. Quatro pontos se destacam:

1) a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, prevê a formação de um fundo com parcela da arrecadação municipal e estadual destinado ao ensino de 1º grau. Com o Fundo pretende-se reverter os padrões de financiamento, gastos e transferências de recursos, ampliando a autonomia de estados e municípios. Pretende estabelecer um gasto mínimo por aluno e elevar o valor do piso salarial para os professores. Esta lei passa a valer a partir de 1998 e possui a desvantagem da provável redução de recursos para a educação infantil, supletivo e universidades, bem como não prevê novo aporte de recursos para a educação em geral, mexendo somente na forma da distribuição.

2) a aprovação e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de educação (LDB). Suprimindo um rico debate iniciado ao longo do processo constitucional na década anterior, diz-se que representa uma lei enxuta e liberal ou adequada aos interesses de partidos conservadores e à política modernizadora para o setor. Substitui em grande parte a legislação anterior, mexe menos na estrutura do sistema de ensino do que o fizera a anterior, mas inova ao diversificar as modalidades da educação regular. Existem muitas críticas já expressas, até pelo que a mesma deixa de definir claramente, de modo especial dos setores organizados em torno do debate sobre educação, assim como da maioria dos sindicatos dos trabalhadores na educação.

3) o debate sobre a autonomia e o financiamento das universidades. Bem que nesta área o debate e as contraposições foram inúmeras quanto aos critérios que viriam a estabelecer um patamar de autonomia acadêmica e financeira das universidades. Propuseram-se no mínimo três projetos tendo vindo ao conhecimento público. O projeto governamental no âmbito do MEC e transitando por comissões burocráticas engloba a tendência de desconsiderar o rico debate entre setores diretamente envolvidos com o ensino superior, cuja tensão permeará os anos subsequentes. De igual forma a legislação para a escolha dos dirigentes universitários, ao representar um

retrocesso de encaminhamento sob o prisma democrático, infunde conseqüências e atribui mutações que tendem a permanecer na encruzilhada do conflito das relações de poder no interior das instituições.

4) implementação do provão, entre outras formas de avaliação do ensino existente. A proposta política prevê implementar um sistema nacional para avaliar o desempenho das práticas pedagógicas e, neste sentido, amparar metas de melhoria da qualidade, bem como lançar parâmetros de conteúdos curriculares básicos em nível nacional. A crítica refere-se ao fato de desconsiderar as características culturais locais, enfatizando a globalização, ou de desprezar explicações consistentes a propósito de objetivos não explicitados. O alto índice de contestação, mesmo por parte dos universitários que compareceram ao dito exame, mostra a distância entre a meta governamental e as aspirações da comunidade universitária.

Se houve um ano que pode ser considerado o ano da educação sob os aspectos citados, o mesmo não se diga sob o ponto de vista da democracia (salvo aspectos da criação do Fundo que contém um elemento democratizador se for aplicada uma legislação que prevê redistribuir recursos destinados ao setor), em grande parte se relegaram as aspirações da sociedade, assim como do presidente eleito em relação aos seus eleitores. Isto tudo sem esquecer, ou lembrando para jamais esquecer um assunto em evidência: o ideário neoliberal prega um quinquênio de ausência de reajuste salarial para o funcionalismo, com a justificativa de controle sobre o déficit público. No setor das universidades federais a greve desgastou-se como canal de encaminhamento da pauta de reivindicações, cujos prejuízos refletem-se sobre a qualidade do ensino devido ao grau de estímulo dos docentes, inclusive afetando o empenho em pesquisas acadêmicas. Isto quando não passam a adotar medidas que vise a fomentar de maneira direta ou indireta a concorrência e a disputa entre os docentes por poucos recursos em vez de suscitar a solidariedade e colaboração. Enfim os desafios do setor educacional continuam aguardando resultados.

Na conjuntura brasileira antepõe-se uma longa agenda para os setores diretamente envolvidos com a educação: acompanhar o programa de informatização como tentativa de uma política que vise a incorporar novas tecnologias e os meios de comunicação no âmbito da educação; exigir alterações na lei e na prática de escolha dos dirigentes para evidenciar a participação efetiva da comunidade na direção dos estabelecimentos de ensino; reverter as influências do discurso que serve de base ou norma para a avaliação de qualidade e quantidade - configurando modelo, protótipo, arquétipo do discurso ideológico - em que ocorrem as privatizações, a fim de que se amparem de maneira efetiva os fundos para as políticas sociais;

reaquecer a luta sindical, com agenda que contemple aspirações da categoria e rompa com a omissão e desperte a mobilização coletiva. Com estas mudanças e estratégias vão sendo criadas condições que possibilitem uma vez mais relacionar educação e representação social (Tamarit, 1996), bem como as potencialidades de desenvolver as perspectivas da cidadania e os correspondentes direitos.

Antes de cantar que os efeitos dos programas públicos de educação constituem um "gigante pela própria natureza", haveria a necessidade de apalpar melhor o que emerge no meio das múltiplas iniciativas e das pesquisas acadêmicas como resultado "forte, impávido colosso". A realidade a que se encontra submetida parcela da população infantil, observada sob o ponto de vista das perspectivas da modernidade, pode gerar temores quanto ao futuro. A título de exemplo no Bairro Castelo Branco, na cidade de Rio Grande, constatou-se, em 1996, que aproximadamente, 25% das crianças em idade escolar encontravam-se fora da sala de aula, cujos índices se chocam com o percentual de 10% das crianças brasileiras, segundo o IBGE, na mesma idade e condição. No mesmo ano, a título de emergência, a Secretaria Municipal, devido à distância de escolas com vagas disponíveis, concedia passes escolares para o deslocamento, com dois inconvenientes: às vezes, os passes eram entregues com atraso e não contemplavam o acompanhamento, por isso algumas crianças, sem irmãos na mesma unidade para acompanhá-las, assim mesmo foram retiradas da escola. A educação escolar para as futuras gerações constitui-se uma das alternativas para edificar o Brasil como um país competitivo entre outros, segundo o atual discurso repetitivo de determinada opção ideológica.

No curso das modificações apontadas e considerando o discurso a propósito da primazia entre as políticas sociais para o aprimoramento do sistema educacional a suspeita se faz necessária. Vem à tona a ênfase, em que se destaca através da ótica privilegiada, uma vez mais, o campo educativo situado como panacéia para os malefícios advindos do neoliberalismo. A publicidade, por mais realista que se apresente, serve para obscurecer, mascarar ou turvar, bem como encobrir, dissimular e disfarçar em vez de solucionar a crise no campo econômico-social. A noção de competência, de impecabilidade e de impermeabilidade dos encaminhamentos tomados no campo da qualificação educacional constituem-se no fetiche que oculta os mecanismos de franca exclusão social. Esta última assume o ritmo e a impetuosidade que obscurece os menos desavisados dos momentos históricos de refluxo dos direitos sociais.

Diante dos dados expostos, consideramos da máxima urgência tanto a ampliação do sistema escolar existente para que todas as crianças

encontrem vaga no sistema escolar público e adequada às condições acessíveis dentro do orçamento familiar, quanto a capacidade de permanência com sucesso na estrutura acadêmica e a democratização da gestão educacional. Esta parece uma condição indispensável para que o contingente populacional, exposto na vereda cambiante da exclusão social pela política de reformas do Estado, possa oferecer justificativas à razão de ser e dar voz a um proclamado "ano da educação". Enquanto cidadão, docente e cientista social que assume um compromisso de responsabilidade política ainda aguardo a realização de tais anseios.

A partir da exposição realizada até o presente momento, cabe interrogar se o "ano da educação" de fato obteve seus maiores efeitos em 1996, ou se, ao contrário, o produto necessário ou fortuito da causa destacada produzem resultado somente como um ato posterior. Na realidade, a efetivação e realização vem por conseqüência, sem que seja necessário apontar para a eficiência das inovações. Isto é, os efeitos das mudanças registradas tendem a edificar os anos subsequentes como baliza da realidade educacional.

### **A interpretação da crise ou florescimento de mitos**

Sob o ponto de vista da análise das ciências sociais, a crise social em destaque revela-se como uma situação grave em que os acontecimentos da vida política vêm a romper determinados padrões de comportamento político tradicional, quando não atinge, como conseqüência, perturbar a organização de alguns grupos integrados na sociedade. Todavia, o discurso sobre a temática em apreço recobre inevitavelmente um olhar contextualizado, sob o aspecto da retrospectiva e da prospectiva. A consistência de um discurso se depreende pela capacidade de apreender o real.

Cidadãos do mundo rápido, se quiserem usufruir de seus benefícios de bem-estar, da mesma forma como tornou-se rotina monitorar a saúde como sinal de qualidade de vida, devem cuidar do nível de informação condigno ao seu espaço social e da atualização do nível de educação obtido. A velocidade da produção do conhecimento, o uso pertinente da tecnologia e a velocidade de ambos permite afirmar que não se visualiza futuro no trabalho desqualificado, pois a mercadoria mais valiosa resume-se na posse da informação e a habilidade de manipulá-la a contento. Daí que torna-se previsível uma valorização da pesquisa sobre a temática que relaciona educação, trabalho e mercado.

As velhas desigualdades sociais, criticadas por projetos alternativos de sociedade teimam em permanecer, enquanto os novos tempos produzem

novas divisões sociais, novas formas de desigualdade e diferenciação social ou concentração de renda e apropriação de conhecimento. Se de um lado não se pode compreender a desigualdade social como endêmica, pois assim a análise assumiria a perspectiva estática, de outro lado, o potencial para gerar desigualdades apresenta-se maior numa sociedade mais heterogênea, diversificada e plural. Na ordem econômica e cultural, crescentemente global, o privilégio de poucos vem se destacando e requer a miséria de muitos para ser sustentável. Aliás, pobreza ou privilégios somente podem ser apontados em termos comparativos.

A passagem de cada ano para um subseqüente e para o qual se conjecturam aspirações, pode despertar a curiosidade sobre a vinculação de inúmeros mitos, com a aura de verdades explicativas da conjuntura brasileira. Entende-se aqui "mito" como uma construção histórica de modos particulares de leitura do destino e do significado da vida humana, amparando-se num entendimento do mundo e das relações sociais. O mito agrega concepções que possuem determinadas conexões com a realidade objetiva e classificável segundo parâmetros das ciências sociais, entretanto consolidando-se antes como crenças amparadas em leituras da realidade, do que um referencial para explicar a crise real no contexto do mundo contemporâneo. Os mitos em si mesmos não constituem somente um aspecto negativo, antes permeiam o horizonte cultural de todas as civilizações e exercem um papel importante para fundamentar a auto-estima em conjunturas adversas. Possuem, portanto, determinada capacidade explicativa dentro do contexto do senso comum, podem ser reconhecidos como uma forma de conhecimento e retêm um conteúdo de efeitos pedagógicos.

Os meios de comunicação tendem a insistir em veicular opiniões positivas sobre o transcurso do ano findo e destacar especialmente as utopias para o novo ano que se inicia. Dentre as opiniões de encanto por um ano findo e início de outro, por certo ausenta-se os sem-número de desempregados, os desiludidos, as famílias sem água tratada, energia elétrica, com filhos sem acesso à escola, entre outras carências. Tal seletividade significa e enquadra-se dentro do controle ideológico exercido sobre uma outra perspectiva possível de ser destacada e cujo referencial é a cidadania. O enfoque relega um amplo leque da opinião pública a despeito da insatisfação de amplos setores da população com os rumos neoliberais da política implementada pelo atual governo.

Sem mais ou sem prestar atenção às mediações, a luminosidade dos enfeites de fim de ano foram de maneira sumária confundidos com a aparente satisfação dos consumidores. A vinculação de exemplares típicos –

seja individuais ou de bairros e cidades – pelos meios de comunicação, desconheceu as condições sociais nas quais se produz, inclusive desta maneira, a desigualdade social ou a falsa adesão ao desejo da luminosidade de quem não possui os mesmos meios. Tudo isto se visualizou de maneira eufórica, de regozijo já existente, em vez de interpretá-la num contexto de crise real, como a tentativa, talvez de maneira inconsciente e metafórica, de acender muitas luzes para ascender da noite escura da esperança. O resplendor da luminosidade externa serve igualmente para disfarçar a escuridão forjada pelo egoísmo em nível individual tendo como equivalente coletivo a desigualdade social.

A luminosidade exterior dos enfeites tem o atributo de se edificar como um símbolo vigoroso de ofuscar algo de essencial do presente momento: a continuidade dramática da desigualdade social em termos crescentes, distanciando ainda mais os mais ricos e os excluídos. Aliás, o pseudo milagre do plano real fica aquém dos dados objetivos que apontam para o desvio, inclusive de políticas sociais voltadas a minorar a vida dos descamisados. E, no mais, consolida uma oportunidade de contradição entre um discurso de poupar energia ante uma suposta escassez do produto e outro de incentivo ao consumo de quinquilharias que desconsideram o apelo diante de uma possível carência de um produto socialmente dispendioso.

A visualização apenas das aparências, da exterioridade e do momentâneo por ocasião da emergência de um novo ano consegue realizar a proeza de escamotear de tal forma o real, de maneira que impede perceber o aumento das desigualdades, pois tais pareciam temporariamente suprimidas ou esquecidas sob a aparência da onda assistencial. Houve também, é preciso reconhecê-lo, abnegados cidadãos que dedicaram dias e horas gratuitas de suas vidas, com o gesto da cidadania e com o intuito de recolher gêneros de primeira necessidade da cesta básica, entretanto com o sentido consciente de revelar apenas a ponta do "iceberg" da chaga da pobreza material e política entre nós. Das ambiciosas metas da solidariedade ensejadas pela distribuição de alimentos e brinquedos descobre-se que tal gesto significa uma gota no mar das demandas proporcionadas pela pobreza estrutural. De modo paralelo, podemos aludir aos reduzidos efeitos produzidos pelos programas sociais, adjetivados pelo termo da solidariedade, para visualizar resultados no contexto da crise real.

A inclusão da referência no discurso político ao aumento de empregos tende a obedecer a proporcionalidade com que tal aspecto vem considerado como um aspecto fundamental da crise social. Neste sentido, a temática já integra qualquer discurso político cuja função pedagógica primeira consiste no convencimento quanto à justeza dos argumentos. Nos

últimos anos a meta de aumentar o número de empregos acima do contingente populacional que a cada ano entra no mercado de trabalho ficou promessa remota, pois o modelo de abertura econômica tende a aumentar a produtividade e diminuir os empregos. Todavia, nem os investimentos estrangeiros, nem a qualificação profissional, nem o financiamento para microempresas conseguiram reverter o quadro. Aliás, houve quem afirmasse o aumento do volume de consumo, especialmente de artigos fora da rota dos suprimentos de primeira necessidade, todavia sem revelar que tal consumo se refere principalmente ao campo da "coqueluche" e que não passam de quinquilharias secundárias.

A fábrica de mitos – cuja produtividade oferece resultados por certo nem sempre necessários para sustentar o circo da crise real – fica patente nas múltiplas leituras de variadas óticas dos videntes, veiculadas a propósito de ocorrências fenomenais para o ano vindouro. Das múltiplas previsões apresentadas nenhuma mostrou-se ágil o suficiente para ultrapassar os parâmetros do senso comum ou expressou uma crítica consistente à crise real fundada na situação sócio-econômica. Chama atenção que entre os videntes de toda e qualquer denominação ou filiação originária não haja um sequer que tenha previsto contestações sociais, deflagração de greves<sup>1</sup> talvez inconseqüentes, conseqüências danosas do aumento diferenciado dos salários, ou que pelo menos apostem num milagre antes do fim misterioso ou desbravado das privatizações.

A análise de um fato passageiro ou efêmero necessita que se admita o risco de não reconhecer o caráter contingente e provisório das atribuições efetuadas. Estabelecer uma interpretação crítica da crise real, do significado da educação em seu contexto, da emergência de leituras contraditórias entre si requer admitir mudanças em curso. *"É compreender o ato da crítica como uma iniciativa de alto risco, perturbadora e encorajadamente consciente, como um ato que exige cautela, sobriedade e alguma incerteza, mas que, ao mesmo tempo, requer uma espécie de visão noturna que nos habilite a perceber o caminho ao longo dos nebulosos corredores de valores e julgamentos"* (McLaren, 1997, p. 22).

## Da retórica e da crise dos discursos

A teoria social pós-moderna enfatiza o indissociabilidade entre linguagem, discurso, poder e subjetividade. O significado não se manifesta

---

<sup>1</sup> Só para provocar a paralisia desenhada pelo projeto neoliberal. Por exemplo, nestas visões do futuro poderiam apontar o início da paralisação de docentes universitários devido ao desmanche das condições de funcionamento do ensino público de qualidade e, inclusive, o seu término após meses de diálogo negado, surdo e absurdo com o governo federal.

estrategicamente inerente ao texto e ao discurso proferido de um lugar social determinado. A modo de síntese, entende-se por discurso a capacidade de proferir uma interpretação da realidade e das relações sociais. A diferença entre os discursos é politizada ao ser situada na concretude de conflitos sociais e históricos; é compreendida como relacionada ao conflito de classe, à institucionalização de relações assimétricas de poder e privilégios; é explicitada pela forma que os eventos históricos passam pelo crivo da contestação propiciada pelos diferentes grupos.

De um lado, a interpretação da realidade aqui realizada incide de maneira crítica sobre a desigualdade social; de outro, entende-se que é oportuno articular uma teoria da diferença na qual o mundo pensado compreende a diferenciação, o deferimento e o movimento dos significantes. Esses, porém, não resultam de imediato de uma lógica imanente da linguagem, mas emergem como conseqüência histórica de conflitos sociais que atravessam a própria significação expressa através dos discursos. Exemplo típico encontramos no discurso sobre a democracia que tem criado identidades formais e que medeiam a ilusão de identidades substantivas, enquanto levam simultaneamente a apagar a dinâmica da diferença. Na prática política verifica-se a formação do "sujeito sem propriedades" na medida em que desconsidera elementos contraditórios fundamentais vigentes na realidade. Cada cidadão necessita compreender seu espaço político em termos de uma política de localização, posicionamentos e enunciação. Alcançar uma enunciação só se consegue através de um posicionamento experienciado tendo em conta um contexto histórico: posicionar-se de maneira considerável em algum lugar social suscetível de proporcionar poder dizer alguma coisa significativa. Em outros termos, efetua-se uma apropriação de um discurso por meio de um processo de conquista no meio de obstáculos e incertezas.

Se considerarmos as interpretações da história e do significado atribuído à vida humana somos levados a reconhecer que uma fase importante da crise dos discursos tende a ser incrementada com a diluição da presença das convicções religiosas. Como conseqüência dilui-se a capacidade de oferecer explicações satisfatórias. Por mais que se possa estender a análise sobre a importância da diluição do discurso religioso, entretanto, satisfaz para o presente texto esta breve alusão. Com o fito de clarear a crise real, que parece longe do seu término, cabe interrogar: quem lê as cartas, as entrelinhas do discurso político, ou qual o tarólogo para adivinhar o futuro e a respectiva prática do discurso populista em fluxo de ressurgimento? O intuito das próximas linhas consiste em traçar um

comentário sobre o discurso de cunho populista e ao qual os meios de comunicação tendem a dar ênfase momentânea.

Em primeiro lugar devo confessar que somos francamente favoráveis a que lideranças oriundas do meio dos trabalhadores, mesmo dentre aqueles tidos como braçais, venham a assumir postos no poder público. Portanto, cabe saudar o fato de uma liderança nascida dentre o associativismo esteja à frente do Executivo ou cumpra uma função representativa no legislativo. Nem a simpatia dos que ovacionam novos alcaides e nem toda simpatia por um governo de ótica popular devem ser oportunidade de fechar os olhos frente aos riscos do discurso populista, independente do partido ou político de que for oriundo. Neste sentido, trata-se de comentar o relacionamento entre discurso político, prática governamental e alternativas no exercício do poder.

O discurso populista caracteriza-se pelo apelo direto do governante ao povo, conclamando para a solidariedade com o mesmo na tarefa de dirigir os destinos e os bens públicos. Neste sentido, tende a desprezar outras formas de organização como realização particular de um fato geral ou maneira variável com que uma demanda, uma idéia, um acontecimento social, uma ação conjunta se apresenta. Nesta modalidade desaparecem da interpretação do real as formas mediadoras entre as instâncias de poder e as demandas da população em geral. O mito consiste em confundir populismo com a perspectiva de um governo que implemente uma política de demanda popular. O primeiro não tende a desembocar de maneira cômoda no segundo, assim como desfralda a ótica de pautar-se pela condução vertical e autoritária. Há intelectuais na própria universidade que acreditam na sinceridade das promessas populistas, como se já fossem realidade política fatual.

No atual momento histórico, os riscos do discurso populista referem-se à incerteza quanto aos rumos que podem tomar as políticas a serem implementadas com o fito de sanar a crise real. Pois de um lado, o eleito solicita um pleno voto de confiança na suprema capacidade do governante e, de outro, afirma que em tudo governará com o povo. Numa sociedade em que vicejam interesses e somam-se conflitos, a participação direta dos cidadãos – por mais desejada, propagada e mesmo que influências tenham sido produzidas nos últimos vinte anos na vida pública brasileira – pauta-se pela insuficiência enquanto mecanismo para o exercício do poder.

O imperativo do exercício do poder sob a égide da democracia consiste em convivência e complementaridade entre fóruns e patamares de decisão. Ou seja, existem várias instâncias de poder e de associação para funcionarem como mediadoras de desejos, demandas, necessidades e

prioridades da população. É fato notável do discurso em análise estar perpassado por promessas que reconhecidamente os ouvintes desejariam ver realizadas e ao mesmo tempo declarar-se livre do estigma das mesmas, como se estivesse amparado somente na concretude dos fatos. É notório que governantes assumam o poder com plataforma, com metas elaboradas em termos de um planejamento metódico.

Por trás do discurso populista encontra-se o entendimento de um personagem que se crê coberto e garantido pelo carisma, na compreensão clássica do sociólogo alemão Max Weber. A figura carismática exerce poder simbólico ou real, alicerçado na figura enigmática da própria personalidade, que cativa simpatizantes, ou seguidores cuja razão principal alicerça-se na crença. Resta sempre aos olhos dos analistas a suspeita quanto ao grau de impulso carismático através do qual os empossados poderão governar. No extremo do absurdo, pelo contínuo apelo à adesão popular o discurso em destaque, contraditoriamente, parece renunciar à delegação de poderes conferidos pelo povo por meio de votos, a fim de que se exerça, em nome dele, as funções próprias junto aos órgãos eletivos da administração pública.

Outro destaque notório: todo autor de um discurso neste nível crê-se abençoado, senão consagrado, pela respectiva divindade para exercer a tarefa fundamentalmente atribuída pelos eleitores. Fica num impasse entre inspiração e representação, entre estímulo ao pensamento como atividade criadora e responsabilidade pública diante do status social, entre busca de adesão e delegação, entre entusiasmo pelo resultado da atividade e a submissão diante do aparato inerente ao cargo. Qualidades estas com a qual se consagrou inclusive a figura histórica de Getúlio Vargas. Ou seja, permanece na ambigüidade de resultar de uma inspiração superior ou alicerçar-se em aspirações populares.

Na hipótese de que fosse tomado integralmente a sério o discurso de veio populista, deveria chocar e preocupar os políticos eleitos para outras instâncias do poder, na medida em que a importância e a potência do poder Legislativo passa para a relatividade. De duas uma: ou o teor do discurso é entendido como mera peça de oratória ou os edis não logram atingir o horizonte nele embutido, bem como as respectivas conseqüências. Na ausência desta leitura aguardaremos o desenrolar dos fatos para confirmar suspeitas ou conformar-se nas esperanças da continuidade de uma crise hiper-real.

Cabe salientar que sob a égide da crise dos discursos conviria igualmente fazer alusão ao pensamento e aos posicionamentos políticos de diversas matizes das agremiações denominadas de esquerda brasileira.

Todavia, em grande parte tal temática tem sido explorada e no mais a extensão do debate pode ser assunto de uma outra pesquisa e texto.

### **Aspectos para prolongar a discussão**

Na análise aqui apresentada percebemos que o quadro de interpretação da crise real não se baseia no voluntarismo (apelos morais/boa vontade dos agentes), ou como se tudo fosse resultado de um problema educacional. As bases colocam-se fundamentalmente numa visão de política econômica, de cultura política e numa dimensão estrutural de sociedade em ritmo de globalização; onde os conflitos sociais são fundamentais e as contradições sociais pautam a realidade. Geralmente, na explicação da crise real nos são apresentadas as hipóteses de desenvolvimento econômico, com projeção do possível ou do impossível. Porém, existem outras variáveis, não menos perversas do que o planejamento econômico, referentes ao político e ao cultural. Do lado oposto parece superestimar a ótica cultural se apostar todas as fichas no fator educacional

Apresentamos, agora pontos para continuar o debate:

1. A representatividade dos interesses do cidadão encontram-se sob suspeita enquanto a democracia formal encaminha parcialmente as questões dos setores políticos dominantes. Os conselhos de diversos naipes, propostos por alguns setores sociais sobretudo da esquerda brasileira, mostraram-se, até agora, com poucos resultados na participação do ordenamento das políticas sociais, no planejamento urbano e no controle de sua implementação. É verdade que constituem uma novidade de tamanha grandeza que torna-se necessário pensar na sua implantação progressiva, lenta, criando uma cultura política propícia. Uma das questões fundamentais geradora de conflitos constitui-se na efetiva representatividade quanto à escolha dos respectivos membros componentes. Isto é, pretendem ser mais representativos do que apresentam-se os partidos, os sindicatos, controlados por determinados grupos de interesse.

2. A produção é decisão econômica, a sua distribuição é questão política. Ou seja, resulta no essencial do jogo de forças que atravessa a organização da sociedade. O entrave do desenvolvimento brasileiro localiza-se tanto ao nível da produção quanto da distribuição, pois, se atingimos o patamar de ser a oitava economia do mundo, estamos próximos de ser campeões em precariedade de vida, desigualdades e desequilíbrios sociais. As variáveis sociais tendem a apresentar-se igualmente importantes para o desenvolvimento integral e para um processo educacional que integre a identidade e a cidadania em seus horizontes.

3. Ao falar em crise social o interlocutor necessariamente evidencia uma referência à realidade social, seja como tática para acalmar os ânimos, seja, para buscar a transformação dos desequilíbrios. Pensar em mudanças relaciona-se com a democratização das informações, o conhecimento das causas da realidade política, um processo de busca da cidadania. A própria crise em referência, por si mesma, invoca mudanças nas relações do saber, na distribuição de renda, na participação política, no ensino, na ecologia. Qualquer alternativa ao quadro traçado exige: enfrentar a dificuldade de fazer oposição a um governo com termos autoritário, disposto a tirar todas as conseqüências de uma missão elevada ao status de nobre; tratar da unidade de determinados interesses no plano nacional com proposta política que vislumbre prioridades; aprimorar a questão do voto ideológico (opção pelo projeto político); dar respostas para o desmoronamento do socialismo real e ao mesmo tempo trabalhar no sentido de reconstruir uma utopia capaz de dar energia moral a um projeto alternativo à sociedade crescentemente desigual; implementar formas efetivas de participação nas instâncias em que isto já é possível no presente momento, lutando contra toda forma de desesperança e incredulidade frente visualização de novas perspectivas.

4. As políticas públicas passam por uma fase de acentuada segmentação em face da questão social, assim como alteram-se com isto as formas de controle sobre os setores populacionais atingidos. De um lado verifica-se a diminuição da quantidade dos investimentos no setor e de outro a discriminalização/estigmatização do contingente a ser atendido, pois para ele se requer solidariedade na exclusão. Há subsídios diversos, por mais que tendam ao declínio ante o furor das reformas sociais, contanto que se comprove o grau de miserabilidade.

5. Se a participação está em crise cabe refletir sobre a tarefa reservada aos partidos de esquerda que apostam na participação política como alternativa para se a viabilizar eleitoralmente. A oposição se caracteriza pelas forças sociais contrárias ao projeto neoliberal de concentração da renda, aumento das desigualdades sociais, novo fôlego para a acumulação de capital. Embora o discurso oficial diga exatamente o contrário.

Para a análise sociológica, o desafio posto diante da crise do sistema educacional assume duas faces: por um lado, compreender os impactos de uma proposta alternativa, considerando as possibilidades de mercado abertas aos seus egressos, algo que talvez demandasse questionar a maioria das abordagens clássicas sobre o papel da educação na sociedade, suas relações com trabalho, desenvolvimento ou mobilidade social. Por outro lado, o questionamento das experiências forjadas na história da educação brasileira

também coloca em pauta a discussão sobre o conteúdo, a construção do conhecimento ou transmissão do saber através da educação que o planejamento de uma sociedade requer. Neste plano, vem a propósito enfrentar os limites a que as políticas sociais estão submetidas, principalmente as de âmbito local como no caso da municipalização do ensino, além de incorporar a diversidade própria de interesses e valores de sociedades complexas e desiguais.

Para implementar qualquer alternativa com significado histórico manifesta-se fundamental que se conquiste espaço para uma proposta, negociando com os agentes a sua adesão. É um fator básico para reduzir o quadro de incertezas que caracteriza toda política pública, compreendendo-se as estratégias envolvidas. Parece muito relevante o fato de que se possa ter uma proposta vinculada a certas posições/agentes no campo político, pois se adotamos a análise do caráter democrático ou do seu grau de eficiência evidenciamos que o conteúdo da educação constitui-se objeto de disputa entre diferentes forças sociais.

Uma alternativa educacional no contexto da crise real deve partir do pressuposto de que cabe ao sistema escolar auxiliar na formação de cidadãos. Para cumprir com tal tarefa torna-se necessário discutir conteúdo e forma do sistema escolar, pois com as mudanças que a legislação foi impondo perdeu progressivamente sua função socializadora, na medida em que foram impostos currículos orientados basicamente ao domínio de habilidades e saberes, para a inserção no mercado de trabalho e outras dimensões da formação humana foram marginalizadas. Esse diagnóstico vai além da mera constatação de ineficiência e problematiza as tentativas de superação dos impasses educacionais já experimentadas através de movimentos democráticos e de renovação pedagógica. Trata-se efetivamente de um questionamento do caráter da nossa educação escolar e não apenas uma tentativa de medir/corrigir os problemas apresentados pelo modelo vigente. A proposta de um processo de formação integral do cidadão reverte na reorganização dos conteúdos disciplinares e na mudança de perspectiva quanto ao modo de ensinar.

A educação é provavelmente a política social cujos impactos sejam os mais importantes em termos das trajetórias individuais, da organização disciplinar e da difusão do conhecimento na sociedade.

Entre os dilemas de uma proposta alternativa educacional diante da crise delineada consistem entre outros fatores: procurar dar ênfase nos componentes político-ideológicos de formação para a cidadania, mas não em detrimento da transmissão de conhecimentos universais, básicos e instrumentais; tirar das políticas sociais do setor o seu caráter assistencialista, transformando-se em política redistributiva; reverter os possíveis efeitos

perversos ao tentar recolocar um novo papel para a educação; vencer o descrédito de experiências já tentadas em vários pontos do país, em nome da democratização do ensino, onde a extensão do tempo de permanência do aluno na escola (CIEPs, PROFIC, CIACs, CAICs, etc.) que além dos debates intensos, têm apresentado poucos resultados práticos; responder às demandas do mercado de trabalho e aos requisitos de qualificação contemporâneos; representar uma negação das políticas sociais compensatórias, funcionando segundo uma lógica mais redistributiva que acumulativa e deixando de ser um pêndulo entre políticas assistenciais e políticas de desenvolvimento; reverter a oposição em termos de exclusão entre uma proposta instrumental/utilitária/tecnicista e uma outra humanista voltada para a cidadania.

Os mecanismos educacionais a serem propostos necessitam superar, desembaraçar-se ou desvencilhar-se de suposições que podem ser problemáticas: supor que existem alunos participativos, ativos e com uma bagagem relativamente grande de conhecimentos prévios específicos, além de estarem dispostos/disponíveis para realizar trabalhos complementares; contornar uma certa idealização de que os setores pobres e excluídos encontram-se ávidos de conquista da sua cidadania, considerando-se a exigüidade de condições materiais e políticas. Os estímulos à maior participação podem assumir uma face perversa dadas às diferenças sócio-lingüísticas e o predomínio de uma versão dominante da cultura legítima, bem como corre o risco de reforçar as limitações sócio-culturais dos grupos mais carentes, acabando por acarretar um fortalecimento das barreiras sociais.

Com as reflexões apresentadas, cremos ter dado conta do recado na oferta de elementos visando auxiliar na compreensão da crise, embora num enfoque parcial e seletivo, como no caso do setor educacional. Entre os grandes sonhos das ciências sociais, encontramos a tentativa de conseguir desvendar, desvelar e descobrir as diferentes dimensões da vida social, especialmente na medida em que esta não é transparente aos nossos olhos por si mesma. A distância entre sonho, realidade e interpretação pode ser mais curta do que parece ....

*... cada época não sonha aquela que surgirá, mas sonhando esforça-se por acordar... (W. Benjamin).*

## Referências Bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- AZEVEDO, Sérgio de. **Planejamento, Cidade e Democracia**: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90, in DINIZ, LOPES & PRANDI (orgs). *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1994.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Descentralizar e redistribuir nos sistemas de ensino**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 95, nov/1995.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. *Lua Nova*, Cedec, nº 38, 1996.
- BOURDIEU, Pierre e SAINT MARTIN, Monique de. **Agrégation et ségrégation**: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 69, Paris: set/1987 .
- CORTEN, André. A ordem do discurso: da participação à política. *Lua Nova*, Cedec, nº 37, 1996.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 1996.
- FARIA, Vilmar. **A Conjuntura Social do Brasil Contemporâneo**: Dilemas e perspectivas. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 33, jun/1992.
- FORQUIN, Jean Claude. **Sociologia da educação: dez anos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FREY, Claus. **Crise do Estado e estilos de gestão municipal**. *Lua Nova*, Cedec, nº 37, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.
- KURZ, Robert. **Os últimos combates**. *Novos Estudos*, Cebrap, nº 46, 1996.
- LAURELL, Ana Cristina (org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez/ CEDEC, 1995.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Um governo de esquerda para todos**. *Sociedade e Estado*. v. XII, n. 1, Jan/jun 1997.
- SANTOS, Wanderley G. dos. **A trágica condição de política social**. in ABRANCHES, SANTOS & COIMBRA. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- TAMARIT, José. **Educar o soberano**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza, movimentos sociais e cultura política.**

Nota sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia, in DINIZ, LOPES & PRANDI (orgs). **O Brasil no Rastro da Crise.** São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1994.

TURNER, Brian. *Equality.* London: Tavistock, 1986.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira.** São Paulo: Ática, 1994.